

BC proíbe conversão da dívida para estados e municípios

O Banco Central divulgou ontem comunicado do Departamento de Câmbio impedindo que os estados e municípios tenham acesso a operações de conversão informal da dívida externa, pagando em cruzeiros, com direito a desconto, títulos da dívida externa brasileira ainda a vencer. Segundo o comunicado 2.272, os tomadores de empréstimos externos do setor público deverão efetuar depósitos em cruzeiros, no Banco Central, equivalentes a 100% de suas respectivas dívidas, o que elimina a possibilidade de estados e municípios atuarem no mercado informal da dívida externa. O Ministério da Economia vai anunciar hoje uma redução real (descontada a inflação) de 42,8% na dívida pública interna em 1990 - a quantia que o Tesouro deve aos investidores que compraram seus títulos no passado.

O secretário da Fazenda Nacional, Geraldo Gardenalli, é

quem vai anunciar os números preliminares do Tesouro em 90. Os técnicos do Ministério da Economia, que ontem à noite ainda trabalhavam no estudo, estimam o "estoque" da dívida pública - a quantia total devida pelo governo -, no dia 31 de dezembro, em cerca de Cr\$ 19 trilhões. Comparada ao "estoque" de 31 de dezembro de 89, que era de Cr\$ 1,55 trilhão, em valores da época, essa quantia representa uma redução de 42,8%.

Para chegar a esse resultado, eles compararam a evolução da dívida mês a mês, deflacionando os valores nominais pelo IPC. Além de trocar as antigas LFTs - as Letras Financeiras do Tesouro - pelos Bônus do Tesouro Nacional (BTN), série especial, o governo ainda usou parte de seus superávits no ano passado para resgatar Cr\$ 1,44 trilhão de dívida que venceu em 90, o que também contribuiu para a redução real do estoque da dívida, explicam os técnicos.